



Vol. 1 nº 1 jan./jun. 2006

p. 103-108

## ASPECTOS HISTÓRICOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Orientadora: Elisabeth Rossetto<sup>1</sup>*

*Anacleide Sobral Adami<sup>2</sup>*

*Juçara Kremer<sup>2</sup>*

*Nilton Pagani<sup>2</sup>*

*Marizete T. Nascimento Silva<sup>2</sup>*

A política de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, tem sido atualmente objeto de amplos estudos e discussões no Brasil, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994) e da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96, que determinam políticas públicas educacionais a nível nacional.

Na tentativa de compreender/conhecer quem é o deficiente, vários autores analisam como historicamente os indivíduos com deficiência têm sido considerados na sociedade. Da eliminação na Antigüidade, passando pela tolerância cristã, até a consideração de cidadãos com os mesmos direitos na atualidade, houve uma infinidade de termos para designar tais pessoas, porém, pouco avançando na superação de preconceitos e estigmas historicamente enraizados.

Nos primórdios da humanidade, quando o homem humanizou-se, não havia ainda meios de registros escritos, a respeito de como eram as condições de existência dessas pessoas. Não se tem informação exata a respeito de como viviam os homens neste período histórico ( até por volta de seis mil anos antes de Cristo). Baseados em estudos da arqueologia e na vivência de povos contemporâneos, que vivem em condições de trabalho e subsistência de forma primitiva, alguns parâmetros nos indicam como seria a vida nos primórdios da humanidade. Se o que sabemos a respeito da vida humana na pré-história é pouco, menos ainda se sabe a respeito da existência ou não de pessoas com deficiências. Contudo, a história nos indica que o abandono era, provavelmente a prática mais comum.

Após um longo período de nomadismo, o homem paulatinamente, foi aprendendo a cultivar o solo, a domesticar e criar animais, não mais havendo a necessidade de se locomover para poder alimentar-se. Com a sedentarização, houve a necessidade do emprego de mão-de-obra para a agricultura e a pecuária. Para satisfazer suas necessidades, o homem passou a escravizar o homem. Segundo Engels, (1984), esta foi a primeira divisão da sociedade em duas classes sociais distintas: senhores e escravos. A forma de tratamento dada às pessoas com deficiências no período histórico de produção escravista pode ser analisada a partir do mundo greco-romano.

Em Esparta, os meninos a partir dos 7 aos 37 anos, deveriam estar a serviço do exército. Devido a isso havia uma exigência de pessoas saudáveis, capa-

zes de defender o Estado nas constantes batalhas. Aqueles que tivessem algum tipo de deficiência não estariam aptos para o exercício da guerra. Ao nascer, os bebês eram levados a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade. Conforme as leis:

Se lhes parecia feia, disforme e franzina, como refere, Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado Ápothetai, que significa depósito. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Tahgetos, perto de Esparta, onde a criança era lançada e encontraria a morte, pois, tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida (Silva, 1986, p. 122).

Em Atenas, considerada por muitos como o berço da civilização, o trato para com as pessoas com deficiência não era diferente daquele tratamento dado em Esparta. No caso do nascimento de um bebê com alguma deficiência, era o próprio pai quem deveria matá-lo. O extermínio de crianças com deficiências era tão comum que, mesmo os maiores filósofos da época estavam de acordo com tal costume. Platão afirmou: “no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer (...) quanto às crianças doentes e às que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto” (Platão in Silva, p. 124). Quanto a Aristóteles, seu pensamento pode ser assim resumido: “quanto, a saber, quais as crianças que se deve abandonar ou educar, devesse haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme” (Aristóteles in Silva, 1986 p. 124).

Em Roma houve dois momentos distintos. O primeiro refere-se ao período que antecede o segundo século antes de Cristo. Até então o exército romano era formado por pequenos agricultores, que iam à guerra para defenderem suas propriedades e adquirir novas terras. Durante este período, o tratamento dado às pessoas com deficiências era praticamente o mesmo que aquele dado na Grécia. “A antiga lei das Doze Tábuas, do início da república até a metade do século V a.C., permite entre outras coisas, que o pai mate os filhos anormais” (Manacorda 1997, p.74). No segundo momento após o século II a.C. o exército romano foi profissionalizado, assim, os reis e os proprietários não necessitavam mais ir à guerra. Passou-se então a existir uma certa tolerância com as pessoas que nasciam com alguma deficiência. Entre os ricos e nobres alguns chegaram a ser imperadores, tais

como: Tiberius Claudius César Augustus Germanicus, conhecido como Imperador Cláudio I; Servius Sulpicius Galba; Aulus Vitellius. Já entre os pobres, a realidade era bem diferente, “existia em Roma um mercado especial para compra e venda de homens sem pernas ou braços, de três olhos, gigantes, anões, hermafroditas” (Durant in Silva, 1986, p. 130).

As condições de existência das pessoas no período escravistas estavam ligadas à forma de produzir seus meios de vida, à qual exigia um biotipo que lhes permitissem executar as tarefas que eram colocadas. Desta forma, àqueles que tinham a desventura de nascer com alguma deficiência, não restava outra sorte do que ser eliminado ou abandonado.

O modo de produção escravista, com o passar do tempo, foi entrando em colapso. Para o proprietário dos meios de produção manter em sua propriedade um grupo de escravos passou a não ser lucrativo, pois o custo da manutenção deste contingente fazia-se muito elevado. Uma nova forma de produção precisava ser implantada. Assim os escravos foram sendo substituídos pelos servos. A esses era dada uma gleba onde ele e sua família iria trabalhar para o seu sustento e para pagar a parte que era devida ao senhor feudal, em geral, quatro quintos de toda a produção.

O período histórico conhecido como modo de produção feudal perdurou até por volta da metade do segundo milênio. Neste período a divisão das classes sociais modificou-se, passando a ser composta por sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. Estes últimos deveriam sustentar os dois anteriores.

Quanto às pessoas com deficiências, a eliminação deixou de ser uma prática comum, ao contrário do escravismo, havia melhores condições de sobrevivência para aqueles que nasciam com alguma deficiência. Alguns fatores podem ser apontados como causadores desta mudança: a posse da terra por parte do servo propiciava a ele ser o responsável pelo sustento de todos os seus. Era ele quem determinava o ritmo do trabalho na gleba, o que proporcionava a utilização de pessoas com algum tipo de deficiência e o desenvolvimento do cristianismo, que não aceitava a morte das pessoas com deficiências.

Passou a ser uma prática comum na sociedade feudal a segregação das pessoas com deficiências em hospitais ou asilos. Nos primeiros séculos da idade média, estas instituições eram mantidas basicamente pela Igreja. Na medida em que o tempo foi passando a sociedade feudal foi se desenvolvendo (século XII), esses hospitais foram sendo secularizados. Apesar da existência dos hospitais e asilos, eles não eram em número suficiente para atender a todos, por isso muitos ficavam perambulando pelas ruas ou eram aceitos por algumas famílias por motivos supersticiosos ou ainda serviam como bobos da corte.

Na medida em que as relações comerciais foram se desenvolvendo e os centros urbanos foram crescendo, uma nova ordem econômica foi sendo estabelecida. Nas cidades (burgos) foram sendo desenvolvidas as corporações de ofício, onde vários artesãos se reuniam para ali fabricarem seus produtos. Com o desenvolvimento do comércio as corporações de ofício não mais davam conta de atenderem às necessidades do comércio, dando espaço para o desenvolvimento das manufaturas. Porém, este desenvolvimento continuou em ritmo acelerado, em pouco mais de dois séculos as manufaturas não davam conta de produzir as mercadorias necessárias à demanda. Houve então um grande investimento em novas tecnologias e o desenvolvimento da máquina a vapor. Este acontecimento ficou conhecido como a Revolução Industrial e transformou o homem em um apêndice da máquina; antes o homem produzia e as ferramentas o auxiliavam, agora era a ferramenta (máquina) quem produzia e homem a auxiliava.

Com o desenvolvimento da burguesia e da sociedade industrial o poder econômico e político que antes estavam nas mãos da nobreza e da Igreja passaram para as mãos dos capitalistas. Estes introduziram ainda uma nova visão de mundo, sob a égide da ideologia liberal, onde o homem virtuoso é aquele que consegue prosperar economicamente. No lugar da contradição entre nobreza e servo estabeleceu-se a contradição entre proletariado e burguesia. O desenvolvimento do capitalismo fez-se através da exploração incessante do trabalhador, ele foi tão atroz que levou Marx a formular o seguinte comentário: “se o dinheiro, segundo Augier, vem ao mundo com sua mancha natural de sangue sobre a face, o capital nasce gotejando sangue e lama dos pés à cabeça” (Marx 1982, p. 189).

O trabalhador foi retirado da manufatura e do campo para habitar nos centros urbanos. Com isto também foram retirados dele os meios de produção de sua sobrevivência. Para sobreviver na cidade era necessário vender a sua força de trabalho para o capitalista. O capitalismo está assentado sobre os pressupostos da propriedade privada dos meios de produção, na relação assalariada do trabalho, na produção de mercadorias e na obtenção do lucro por meio da extração da mais-valia. Para atender a estes pressupostos, em uma sociedade onde a força de trabalho é vista como uma mercadoria a ser adquirida pelo capitalista e gerar para ele o maior lucro possível; o homem foi desumanizado e transformado em uma ferramenta a serviço do capital; a pessoa com deficiência é vista como uma ferramenta defeituosa que não tem condições de satisfazer as necessidades do comprador da única mercadoria que este tem para vender, a sua mão-de-obra.

Porém, as barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiências ao mercado de trabalho não podem ser vistas apenas do ponto de vista da venda da

mão-de-obra. Outros fatores contribuem para sua discriminação e para a não empregabilidade. É necessária a construção de rampas para substituir as escadas, adaptar as instalações sanitárias, a aquisição de tecnologias adaptadas, entre outras coisas; o que levaria o capitalista a investir uma quantidade de capital muito maior para, no máximo, obter a mesma quantidade de mais-valia. Isto foge a lógica do capital o que leva a discriminação e a segregação das pessoas com alguma deficiência. Sendo assim, os deficientes encontram-se em contradição com esta lógica capitalista e são obrigados a permanecerem na retaguarda de um exército de reserva de mão-de-obra, não podendo ingressar no mercado de trabalho e não fazendo parte da escola como sujeitos de seu tempo.

Atualmente, o que se percebe, é que mesmo com avanços significativos no que tange a questões sociais, políticas e legais, muitos ainda continuam à margem da sociedade, sendo taxados como incapazes, improdutivos; chamados por nomes pejorativos como: coitadinhos, pobrezinhos, e tantos outros. Segundo Rosa: “a missão política que nos incumbe é bem outra, muito mais exaltante: trata-se de construir um mundo novo, em que todos os seres humanos, em qualquer parte do globo terrestre em que se encontrem, possam enfim, nascer e viver, livres e iguais em dignidade e direitos.” (2003, p.32).

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** - LDB 9394. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996.

BRASIL/MAS/CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

ROSA Enio Rodrigues da, ANDRE Maria Filomena Cardoso, CABRAL Nelson. **Pessoa com deficiência reformulando conceitos e valores**. Cascavel, Governo Municipal, 2003.

SILVA, O. M. **A Época Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo; Caderno Cedes, 1986.

NOTAS

- <sup>1</sup> Mestre em Educação, Docente do Colegiado do Curso de Pedagogia UNIOESTE  
erossotto@unioeste.br
- <sup>2</sup> Acadêmicos do 3º ano do Curso de Pedagogia – UNIOESTE/Cascavel.